

068

DA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO ART. 187 DO NCC ÀS SOCIEDADES ANÔNIMAS NO QUE CONCERNE AO CONTROLE ACIONÁRIO. *Felipe Paloschi Dick, Vera Maria Jacob de Fradera (orient.)* (Departamento de Direito Privado e Processo Civil, Faculdade de Direito, UFRGS).

O Novo Código Civil trouxe inovações para o direito privado, aplicando seus dispositivos também às sociedades privadas, revogando, desta sorte, a Primeira Parte do Cód. Comercial de 1850. O NCC prevê expressamente a aplicação do princípio da boa-fé objetiva, como limitação ao exercício de um direito por parte de seu titular. A mesma observação deve ser feita em relação aos bons costumes e ao fim econômico e social no exercício de um direito, sob a pena de se cometer ato ilícito. Assim, o exercício abusivo do direito gera ato ilícito. No direito comercial, principalmente no que tange às Sociedades Anônimas e ao direito acionário intrinsecamente, a teoria do abuso do direito desempenha importantíssimo papel. A Lei das S/A não conferiu ao acionista controlador – ou bloco de controle – suas prerrogativas de poder para que este promova seu próprio benefício, mas com a finalidade de que este persiga o objeto da companhia e a faça cumprir sua função social. Embora o poder de controle seja por vezes utilizado como mecanismo de represália contra minoritários incômodos ou em discordância com os rumos da administração da companhia, os referidos diplomas legais dispõem no sentido de que administradores e acionistas devem praticar seus atos tendo em vista os interesses da companhia. A observância do status socii e o conseqüente reconhecimento de determinados direitos e poderes do ‘sócio enquanto sócio’ são, na sociedade privada, assemelhados ao que em uma sociedade política se chamaria de direitos fundamentais do indivíduo. A presente pesquisa tem, como objetivo precípua, a análise aprofundada da teoria do abuso de direito aplicada às relações societárias entre poder de controle e acionistas minoritários. Os métodos utilizados na pesquisa são o dedutivo, o indutivo e o comparativo, incluindo a análise da jurisprudência sobre o tema. (PIBIC/CNPq-UFRGS).